

O SÍTIO ARQUEOLÓGICO DO PORTO ESTRÊLA

Pedro Elias Erthal Sanglard *

Muitos já ouviram falar dele. Poucos o conhecem. E você, caro leitor, o que poderia dizer sobre esse importantíssimo marco da história do Brasil existente na cidade de Magé do Estado do Rio de Janeiro?

Segundo nos ensinam os historiadores, a ocupação da orla da Baía de Guanabara, na região de Magé, ocorreu nas áreas de terra firme, onde se instalaram os engenhos de açúcar, ligados à cidade do Rio de Janeiro por uma grande rede hidrovial e de portos. Era costume da época serem doadas braças de terras pelos latifundiários da Capitania do Rio de Janeiro para construção de uma capela a fim de servir à população de suas sesmarias, dando origem ao surgimento de diversas freguesias.

Os primeiros assentamentos humanos em Magé deram-se por volta do ano de 1650, sendo criada a Vila de Magé em 1789. Desde o início de sua colonização, Magé caracterizou-se como uma cidade portuária, que abastecia a Capitania com gêneros básicos e com açúcar para exportação. A partir do final do Século XVI, formaram-se entrepostos comerciais dos produtos vindos do interior da Província e, posteriormente, no século XVIII, do café, com o surgimento da cultura cafeeira também para exportação.

Nesse contexto, é construída a Capela de Nossa Senhora da Estrêla, na foz do Rio Inhomirim com o Rio Estrêla, onde também se localizava o Porto Estrêla e o arraial de mesmo nome, o qual foi elevado à categoria de vila em 1847 e subsistiu até 1891, compreendendo as freguesias de Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim, de Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba e de São Nicolau de Suruí, chegando a contar com cerca de 60 construções residenciais e comerciais.

Pelo Porto Estrêla escoavam não só a produção de café vinda do interior, como também o ouro das Minas Gerais e a pólvora produzida pela Fábrica de Pólvora fundada por D. João VI, transferida da Lagoa Rodrigo de Freitas para a região no ano de 1831, que abasteceu o Exército do Império e seus aliados durante a Guerra do Paraguai, utilizando-se as faluas, embarcações típicas da época. Igualmente, pelo Porto Estrêla passaram os despojos de Tiradentes, mártir da Inconfidência Mineira.

A construção da Estrada Normal da Estrêla pelo Major Julio Frederico Koeller (posteriormente Estrada União Indústria), encurtou a distância entre a serra e o mar, via Porto Estrêla, privilegiando-o e fomentando o crescimento do lugarejo. Mas a inauguração da Estrada de Ferro Mauá, em 1854, e a criação da Imperial Companhia de Navegação, concorrente Companhia de Navegação Niterói-Inhomirim, iniciou a decadência do Porto Estrêla e o crescimento do Porto de Mauá, o qual passou a absorver o escoamento da produção.

Tal situação agravou-se com a construção da Estrada de Ferro D. Pedro II, a crise do café do século XIX e a abolição da escravatura, culminando com uma epidemia de febre amarela que assolou a região, gerando o abandono e a extinção do Município de Estrêla, incorporado mais tarde ao de Magé.

Atualmente, restam apenas vestígios do cais de pedra e do poço dos escravos, bem como ruínas da capela e da casa das 3 portas, onde funcionavam a Câmara Municipal e a Cadeia da Vila, no local onde outrora havia importante porto comercial.

Cabe registrar a luta de uma senhora de quase 80 anos, DONA EVA DA SILVA MIRANDA, moradora de Duque de Caxias que em 1987, requereu o tombamento histórico do Porto Estrêla no Instituto Brasileiro do

Patrimônio Cultural - IBPC, dando início ao processo de tombamento nº 1258-T-87, ainda não concluído, bem como em 1989, representou ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro contra a depredação das ruínas do Porto Estrêla, sendo instaurado o Inquérito Civil nº E-15/5070/89 que tramita perante a Curadoria do Patrimônio Comunitário da Comarca de Magé e através do qual foi conseguido cadastramento do Porto Estrêla como SÍTIO ARQUEOLÓGICO, junto ao IBPC, graças ao relatório de vistoria da arqueóloga ROSANA NAJAR do citado Instituto.

Agora, portanto, o Porto Estrêla está protegido pela Lei Federal nº 3.924/61, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos, já que ao pé do morro da capela da N.S^a da Estrêla existe também um sambaqui (monte de conchas, restos de cozinha e esqueletos, formados por tribos pré-históricas em rios litorâneos, no caso) e, recentemente no dia 29 de maio de 1993, esta Curadoria, Dona EVA e uma guarnição do Batalhão da Polícia Florestal e Meio Ambiente- BPFMA, comandada pelo Tenente/PM SANGLARD, colocaram placas de sinalização do Sítio Arqueológico do Porto Estrêla nas ruínas da capela e da casa das 3 portas, numa homenagem a DONA EVA DA SILVA MIRANDA, um exemplo de dedicação, trabalho e cidadania, a ser seguido e imitado por toda a população e pelo Poder Público do Município de Magé.

Uma cidade como Magé, que possui tantos outros monumentos históricos e belezas naturais, infelizmente, mal conservados ou pouco valorizadas, com raras exceções, necessitaria, com urgência, do surgimento de outras tantas Donas EVA para cuidar desse seu grande e importante patrimônio comunitário, sob pena de nada restar para as gerações futuras de mageenses, fluminenses e brasileiros, o que seria um verdadeiro crime cultural, já que um povo que não tem passado, não sabe o povo que é.

BIBLIOGRAFIA:

1. Narrativa de viagem de um naturalista inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais (1833-1835), Biblioteca Nacional, Imprensa Nacional, 1943.
2. SPIX e MARTIUS, Viagem pelo Brasil, tomo I, Melhoramentos- IHGB- Ministério da Educação e Cultura, 3^a edição, 1976.
3. Inventário dos Bens Culturais de Magé, Fundação Roberto Marinho - FUNDREM, 1984.
4. Autos do processo de tombamento nº 1258- T- 87, do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC), 6^a coordenadoria, Rio de Janeiro.
5. Autos do inquérito civil nº E-15/5070/89 da Curadoria de Justiça, do Meio Ambiente, do Patrimônio Comunitário e do Consumidor da Comarca de Magé (RJ).

* Promotor de Justiça e Eleitoral da Comarca de Magé, Ex-Presidente das associações MATHIEU SANGLARD e JOÃO ERTHAL, Professor da EMERJ, Membro do Conselho Penitenciário do Estado do RJ.